EDITORIAL



CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro-Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Presidente do Conselho Superior da ECG/TCE-RJ

É com grande contentamento que chegamos a mais uma Edição da Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O ano de 2021 foi marcado por inúmeros desafios no Setor Público e traz a sensação de dever cumprido, com a certeza de que o investimento no capital humano é o que nos fortalece e nos torna uma instituição de excelência.

A valorização dos servidores é prioridade para a atual Gestão do TCE-RJ, sob a presidência do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, que enxerga no investimento no quadro de servidores do TCE-RJ o melhor caminho para o aprimoramento dos misteres constitucionais atribuídos à Corte de Contas.

Nesse ambiente de reflexão e valorização do funcionalismo público, a Revista do TCE-RJ, organizada pela Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ, tem como objetivo a disseminação de trabalhos técnico-científicos, artigos, resenhas e estudos na área de Administração Pública, cuja dinâmica coaduna-se com uma de nossas premissas mais relevantes, que é o incentivo ao diálogo no aprimoramento do exercício da atividade de Controle Externo.

O Conselho Editorial busca oportunizar a participação dos membros da comunidade acadêmica e pesquisadores na publicação de artigos, o que nos possibilita a apresentação de assuntos atuais e de grande importância no debate de soluções para os operadores da atividade-fim dos órgãos de controle.

Neste contexto, não poderíamos trazer um melhor entrevistado para esta Edição da Revista do TCE-RJ que o Conselheiro Thiers Montebello, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, que em seus 27 anos de exercício do cargo, consolidou-se como um grande defensor das Cortes de Contas no Brasil.

Nesta Edição, apresentamos seis artigos selecionados por meio de parcerias Institucionais, de trabalhos desenvolvidos por servidores do TCE-RJ e também oriundos do mais recente Programa de Pesquisa desenvolvido no âmbito da ECG/TCE-RJ.

Em todos os artigos apresentados é possível extrair valiosos aprendizados. Notadamente, os desafios vivenciados no período pandêmico e de crise no sistema de saúde fluminense foram temas retratados nos projetos, sempre com um olhar voltado para a busca de soluções eficientes e garantidoras dos preceitos legais a que estamos adstritos.

Assim, o primeiro trabalho tem como título "Os Desafios das Concessões e Parcerias Público-Privadas na Ótica do Controle Externo", em que o autor aborda os desafios da delegação da prestação do serviço público por meio das concessões e das parcerias público-privadas, à luz de um novo olhar que as Corte de Contas devem estabelecer, sobretudo, no que concerne à sua forma de atuação a partir dos atuais parâmetros normativos.

O segundo artigo, intitulado "A Promoção do Jogo Regulatório e as Agências Reguladoras: O controle da discricionariedade das autoridades administrativas pelo Tribunal de Contas", aborda o marco regulatório e o papel das agências reguladoras, trazendo à tona o debate sobre a importância da Corte de Contas como pilar da segurança jurídica, principalmente em tempos de pandemia e nas ações de retomada do desenvolvimento econômico.

Ainda no cenário de pandemia, o terceiro trabalho: "Revisão de Contratos de Concessão em Razão da Covid-19: aspectos econômico-financeiros" investe na discussão das principais ferramentas utilizadas na aferição do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão, em face dos desafios vivenciados neste momento de crise pandêmica.

O quarto artigo selecionado para esta edição traz à discussão a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, prevista na Lei nº 14.119/21, e sua importância como marco legal para o avanço do desenvolvimento sustentável do país, com o título "A Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/21): instrumento de incentivo para o desenvolvimento".

Chegamos ao quinto artigo, nominado: "Classificação Automatizada de Produtos da Nota Fiscal Eletrônica de Compras Públicas", que nos possibilita refletir acerca da fiscalização das despesas relacionadas aos medicamentos adquiridos pela rede pública de saúde.

Por fim, o sexto artigo nos apresenta um estudo exploratório e descritivo do uso de indicadores na identificação e análise dos principais efeitos da crise na saúde pública do município do Rio de Janeiro entre 2010 e 2019, trazendo como título: "Efeitos da Crise Financeira na Saúde Pública dos Municípios Fluminenses".

Além dos artigos mencionados, a Revista do TCE-RJ traz, ainda, a valiosa colaboração do atual Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional do TCU, Sr. Rafael Jardim Cavalcante, que abordou questões relevantes acerca da Nova Lei de Licitações.

O ano de 2021 nos trouxe muitos desafios, mas a nossa maior missão é seguir o curso institucional dessa exitosa caminhada, renovando a esperança por tempos melhores e convidando os leitores a participarem da Revista do TCE-RJ, lendo, compartilhando, debatendo, refletindo ou contribuindo com artigos e pareceres.

Boa leitura!